

Reitoria e Adusp firmam acordo na ação do Gatilho

Petição conjunta assinada em 26/4 será enviada à Justiça para homologação

No dia 26/4, a Adusp e a Reitoria da USP assinaram uma petição conjunta, a ser submetida ao juiz responsável pela ação do Gatilho. A assinatura materializa o acordo entre as partes, aprovado pela assembleia da Adusp de 7/4 (*Informativo Adusp* 323). A Reitoria deverá fazer em até quinze dias úteis, contados da data da assinatura do acordo, o depósito judicial do montante a ser pago aos beneficiários.

A cerimônia de assinatura foi realizada na sede da Adusp. Manifestaram-se representantes de ambos os lados. Primeiro a falar, o professor Américo Kerr, membro do GT Gatilho, traçou um rápido histórico da ação judicial impetrada pela Adusp em 1990, e que inovou ao se beneficiar do mecanismo do substitutivo processual, previsto na Constituição Federal de 1988, que permitiu aos sindicatos ingressar com ações em nome

de suas categorias.

“O gatilho salarial foi criado pelo governo Montoro e estendido ao conjunto dos servidores, garantindo um reajuste de 20% cada vez que o IPC acumulava esse mesmo valor. Em 1986 o governo Quérocia decidiu não pagar, arguindo a constitucionalidade do gatilho. Perdeu e pagou quatro gatilhos”, resumiu Kerr. A ação impetrada pela Adusp requeria o pagamento dos gatilhos não pagos em 1987 e das diferenças decorrentes dos gatilhos pagos com atraso.

“Em abril de 2001 ganhamos a ação. Entre 2001 e 2006 a USP recorreu de todas as formas”, relatou o professor. “O GT Gatilho teve um papel fundamental para fazer os acertos na lista incontestada de beneficiários. Agora, conseguimos construir o acordo. Fica uma pendência, que é o reajuste de 32,96%”. Ao mesmo tempo, ele defendeu a importância da “luta salarial cotidiana”



Daniel Garcia

Cerimônia de assinatura da petição conjunta em 26/4, na sede da Adusp

levada a cabo pela Adusp, sem a qual os salários estariam totalmente defasados.

“Diálogo fluía”

O vice-reitor Hélio Nogueira, que conduziu a negociação pela Reitoria da USP, comparou o processo de formatação do atual acordo ao ocorrido durante a negociação que encerrou a greve de 2000. “Foi um desafio impor-

tante, que me lembrou o embate que tivemos em São José dos Campos, em que construímos uma fórmula de reajuste que essencialmente é a mesma até hoje”, declarou.

Naquela ocasião, recordou o vice-reitor, o professor Francisco Miraglia concedera entrevista reivindicando, em nome da Adusp, uma política salarial para a categoria; e o então reitor, Jacques

Marcovitch, solicitou a Nogueira, à época diretor da Coordenadoria de Administração Geral (Codage), uma proposta que levasse a um acordo.

No caso da ação do Gatilho, o impasse de anos necessitava de saída semelhante: “Deveríamos construir em conjunto uma solução para

continua na pág. 4

Cruesp recebe pauta unificada. Estamos em campanha salarial!

No dia 19/4, uma comissão do Fórum das Seis protocolou, junto à presidência do Cruesp, a Pauta Unificada de Reivindicações da data-base 2011. Na ocasião, a comissão foi recebida pelo presidente do Cruesp, professor Julio Cesar Duriçan, reitor da

Unesp. Os representantes do Fórum e o reitor debateram as dificuldades surgidas no encaminhamento das duas últimas datas-bases, com a expectativa de que se tenha uma negociação efetiva entre o Fórum das Seis e o Cruesp na data-base deste ano.

Duriçan informou que os

reitores propunham a realização de uma primeira reunião entre Fórum e Comissão Técnica no dia 6/5 e uma negociação com o Cruesp em 17/5. O Fórum concordou com as datas propostas e reforçou a necessidade de que o processo de negociação garanta um debate aprofunda-

do das reivindicações apresentadas.

Para tornar a reunião com a Comissão Técnica mais produtiva, o Fórum encaminhou ofício ao Cruesp, no qual solicita várias informações adicionais sobre a composição da folha de pagamento e os gastos com perma-

nência estudantil e com a terceirização de serviços em cada uma das universidades.

Nova reunião do Fórum ocorrerá em 5/5 para preparar a intervenção na reunião com a Comissão Técnica e discutir encaminhamentos gerais da campanha salarial.

Haddad: 7% do PIB é o bastante

Daniel Garcia

O ministro Fernando Haddad, da Educação, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em 13/4, cuja finalidade foi apresentar o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020. Poucas entidades puderam falar. A maior parte do tempo foi tomada pela exposição do ministro e por depoimentos de reitores e deputados. Convidada, a Adusp compareceu, foi relacionada entre as entidades que se manifestariam, mas depois a organização simplesmente avisou que não haveria tempo para os pronunciamentos que ainda faltavam.

“Só as entidades amigas é que puderam falar”, declarou ao *Informativo Adusp*, com ironia, o professor Otaviano Helele, membro do GT Educação, que faria um curto pronunciamento em nome da Adusp. O professor lamentou que as críticas da entidade ao PNE tenham deixado de ser feitas na ocasião: “O fato de não ter havido debates, e muito menos resultados deles decorrentes, mostra que houve um jogo de cena e não uma audiência pública nos moldes definidos pela lei 9.784/1999”.

Compareceram à audiência diversos deputados e prefeitos da base do governo federal (PT, PCdoB, PDT e outros partidos); os reitores da Universidade Federal de São Paulo, Walter Albertoni, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Arnaldo C. Borges; centenas de professores da rede pública e dirigentes de entidades como Apeoesp, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e outras.

O ministro citou, entre as conquistas de sua gestão, a lei que institui o Piso Nacional do Magistério, a criação

de universidades federais e institutos federais de educação tecnológica, a extinção da Desvinculação de Recursos da União (DRU) e, de modo geral, a destinação de maiores recursos para o setor, que recentemente passou a receber 5% do PIB por ano.

Financiamento 1

Haddad sustentou que o PNE proposto corrige falhas do plano anterior relacionadas à qualidade do ensino; ao financiamento; à definição das estratégias a serem adotadas para a consecução das metas; e às reivindicações dos trabalhadores da educação. Ele argumentou que, no PNE 2001-2010, “a meta de financiamento, de 7% do PIB investidos, foi vetada e não foi substituída por nada”.

Segundo Haddad, “era impossível derrubar o veto, porque as razões do veto diziam que aquele dispositivo conflitava com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que nos obrigou a mudar a Constituição, que hoje determina que o PNE tem que contemplar uma meta de investimento público em educação, como proporção do PIB”. Em outras palavras, “agora é uma obrigação legal fazer constar a meta de meios financeiros para consecução das demais metas relativas à educação”.

O ministro disse considerar que “das 20 metas, quatro dialogam com as demandas dos trabalhadores da educação”, e citou expressamente a Meta 17: igualar a remuneração média do professor à remuneração média dos demais trabalhadores com nível superior. “Hoje sabemos que o magistério brasileiro tem uma remuneração que é de 60% da média das demais profissões de nível superior”.

GT Educação

“Uma vez que Fernando Haddad foi ministro durante metade do período de vigência do PNE anterior, seria de esperar que ele fizesse uma análise detalhada de por que pouquíssimas metas foram cumpridas, e que argumentasse como evitar que tal se repita. Ao invés, optou por simplesmente apontar falhas do PNE anterior e méritos do atualmente proposto”, criticou, em declaração ao *Informativo Adusp*, a professora Lighia Horodyski-Matsushigue, também membro do GT Educação e ex-diretora regional do Andes-Sindicato Nacional.

Na opinião da professora, que assistiu ao pronunciamento na Alesp, o ministro não explicou, por exemplo, como será medida a qualidade do ensino. “Simplesmente pela determinação dos índices do Ideb e pela pontuação na avaliação internacional Pisa, a serem alcançados durante a década?”, questiona ela.

Muitas das mais de 100 estratégias apresentadas no PNE, salienta a professora, pouco contribuirão para a consecução das metas lá inseridas, a exemplo das três associadas à importante Meta 17: “Como viabilizá-la, se as estratégias propostas se referem apenas a acompanhamento da situação salarial, por meio da constituição de um fórum, tendo como referência dados do PNAD e a instituição de carreira, sem maiores detalhes e sem metas intermediárias?”

Financiamento 2

Após a audiência, Haddad concedeu aos jornalistas uma entrevista coletiva. O *Informativo Adusp* questionou o ministro sobre o índice total de investimento público proposto pelo PNE: “Se existe uma unanimidade



Ministro Haddad durante audiência na Alesp

hoje no movimento social ligado à educação é de que é preciso investimento, em todas as esferas da educação, da ordem de 10% do PIB. No entanto, o PNE propõe 7%”, afirmou o repórter, pedindo a Haddad que comentasse o assunto, já que na própria audiência surgiu a reivindicação de 10%, tanto do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) como da CNTE, representada por seu presidente, professor Roberto Leão. Esse índice foi acordado ao final da Conferência Nacional de Educação (Conae).

“A primeira coisa a celebrar”, respondeu o ministro, “é o fato de que introduzimos na Constituição um dispositivo que obriga o PNE a fixar uma meta como essa, que é justamente a que foi vetada no processo anterior. Havia metas, mas não havia meios para cumprir as metas, foi o grande nó do plano anterior. A Constituição agora define essa meta como obrigatória, já é um ganho inestimável”.

Ele tentou, no entanto, desqualificar a indagação do *Informativo Adusp*: “Para um educador, quanto mais, melhor. Você não pode perguntar para o ministro se ele concorda ou não com mais recursos para sua área,

a pergunta não procede. Ocorre que o plano atual tem um equilíbrio entre as metas e os recursos adicionais para cumpri-las. Os dois por cento adicionais previstos são suficientes para honrar aquelas outras 19 metas. Assim é que foi construído o plano, a partir das metas estabelecidas”.

Também questionamos Haddad a respeito da oferta de cursos pagos nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, federais e estaduais, em clara afronta ao artigo 206 da Constituição Federal. O ministro afirmou que o Conselho Nacional de Educação continua a considerar tais cursos como atividades de extensão (e não de ensino), mas que nada impede que venha a alterar esse entendimento.

Ele confirmou, ainda, que o MEC pretende introduzir mudanças no ProUni (como a extinção das bolsas parciais), mas sem modificar a lei: “Estamos estudando com o Ministério da Fazenda se é possível. O receio de reabrir o debate no Congresso sobre o ProUni é que é um programa que envolve tantos interesses que você não consegue controlar a tramitação do projeto”.

CG da EACH derruba “relatório Melfi”. Docentes elogiam mobilização estudantil

No dia 13/4, ocorreu uma nova reunião para discutir a crise na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), desta vez com a participação de docentes, estudantes e um funcionário. Foi distribuído um dossiê de análise do chamado “relatório Melfi”, preparado pelos alunos, que convocaram e organizaram a reunião. Convidada, a Adusp se fez representar pelos professores João Zanetic, seu presidente, e Marcelo Freire, representante da EACH no Conselho de Representantes da entidade.

Realizada poucos dias após a derrubada do relatório Melfi pela Comissão de Graduação (CG), a reunião foi aberta com o elogio de vários professores à combatividade dos alunos da EACH.

“Vocês dão de dez a zero nos docentes”, enfatizou uma professora. “Têm mais clareza dos problemas da escola pública do que os docentes”, acrescentou. Ela criticou os colegas que se manifestaram favoravelmente ao corte de vagas na EACH, os quais, na sua opinião, submeteram-se a ingerências externas. “Não somos um coletivo ainda, mas precisamos unir forças para avançar!”, concluiu.

Outro professor destacou tanto a pertinência da crítica dos alunos ao relatório Melfi quanto a marcha que fizeram em defesa da unidade. Ele também lamentou a postura dos docentes que concordaram com o corte de vagas, “que se intimidaram”. A seu ver, o que há de positivo no documento do “GT Melfi” é

que ele abriu o diálogo na EACH, expresso na criação do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) pela CG.

O presidente da Adusp também elogiou a resistência dos estudantes e a elaboração do dossiê analítico sobre o relatório Melfi. Traçou um paralelo entre o significado que a EACH teria para a construção de um novo campus da USP, e aquele que a antiga Faculdade de Filosofia teve no campus da zona oeste, setenta anos antes.

Repressão

“Há uma intensa repressão ao movimento estudantil da EACH”, afirmou Maiera, representante do DCE. Ela reconheceu que a crise fez com que o diretório voltasse sua atenção para a uni-

dade. Lembrou que os colegiados da USP não cumprem sequer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que toca à participação dos diferentes segmentos. “É preciso avançar, pois a causa não está ganha. Tem ainda a Congregação no dia 27/4”, afirmou. Nessa data está prevista uma paralisação discente.

Falando em seguida, o representante de um centro acadêmico comentou que o relatório Melfi tem, além do aspecto técnico, uma finalidade política vinculada ao modelo de universidade defendido pela Reitoria: “Essa iniciativa foi um balão de ensaio para a USP. Tem a ver com a demissão de funcionários e a compra de prédios”. Ainda segundo o estudante, a derrota do documento re-

presentou uma resposta à altura: “Tivemos uma vitória parcial na CG. O GAP é paritário. Temos que lutar por uma EACH democrática e com estrutura de poder paritária”, concluiu.

A questão da grade de cursos da EACH também foi objeto de debate. “Temos que ter cursos novos no padrão da Cidade Universitária: medicina, direito, engenharia”, defendeu um professor. Posição contrária foi sustentada por uma professora: “Temos que pensar cursos novos com a cara da EACH, por exemplo, de Biologia Humana”. Essa mesma docente rebateu a posição de colegas que, em conversas, lamentaram que seus respectivos cursos não tenham reduzido vagas.

Edital de convocação para eleição da Diretoria e CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de diretoria e Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 25 e 26 de maio de 2011, das 9h00 às 21h00. As inscrições das chapas para diretoria e conselho deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Rua da Reitoria nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição de chapas para diretoria se encerra no dia 16 de maio de 2011, às 18h00, e para inscrição ao Conselho de Representantes se encerra no dia 23 de maio de 2011, às 18h00.

São Paulo, 18 de abril de 2011

Prof. João Zanetic
Presidente da Adusp S. Sind.

Unidades que deverão eleger representantes:

Centro de Biologia Marinha • Centro de Energia Nuclear na Agricultura • Escola de Artes, Ciências e Humanidades (suplente) • Escola de Comunicações e Artes • Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto • Escola de Educação Física e Esporte • Escola de Enfermagem • Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (suplente) • Escola de Engenharia de São Carlos • Escola Politécnica • Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz • Faculdade de Arquitetura e Urbanismo • Faculdade de Ciências Farmacêuticas (suplente) • Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto • Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (suplente) • Faculdade de Direito • Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto • Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade • Faculdade de Educação • Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto • Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas • Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto • Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia • Faculdade de Medicina • Faculdade de Odontologia de Bauru • Faculdade de Odontologia • Faculdade de Saúde Pública • Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos • Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Láblio-Palatais • Hospital Universitário • Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas • Instituto de Biociências • Instituto de Ciências Biomédicas (suplente) • Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (suplente) • Instituto de Eletrotécnica e Energia • Instituto de Estudos Avançados • Instituto de Estudos Brasileiros • Instituto de Física de São Carlos • Instituto de Geociências • Instituto de Medicina Tropical de São Paulo • Instituto de Psicologia • Instituto de Química (suplente) • Instituto de Química de São Carlos • Museu de Arqueologia e Etnologia • Museu de Arte Contemporânea • Museu de Zoologia • Museu Paulista.

Funcionários da Reitoria em greve contra saída do campus

Trabalhadores terceirizados também paralisam atividades, exigindo salários atrasados

Em assembleia ocorrida em 14/4, os funcionários da Reitoria da USP decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, contra a decisão do reitor Grandino Rodas de transferi-los para o Centro Empresarial Santo Amaro, na zona sul da cidade, assunto já discutido na audiência pública realizada em 24/3 na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O movimento coincidiu com a paralisação dos funcionários terceirizados da limpeza, que estão sem receber da empresa União os salários que lhes são devidos.

Deveriam ter sido relocados no dia 18/4 nada menos que 225 funcionários da

USP, dos quais 125 são lotados nos departamentos financeiro, de informática e administrativo, e outros 100 na Coordenadoria do Espaço Físico (Coest). Decidiram, porém, resistir por meio da greve, impossibilitando a mudança.

Estima-se que cerca de 200 funcionários, pertencentes à Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), à Consultoria Jurídica (CJ) e a outros setores da Reitoria, já tenham sido transferidos para prédios da Avenida Corifeu de Azevedo Marques, no Butantã, e do centro da cidade.

Uma reunião com a Reitoria foi realizada em 26/4 (data que coincidiu com o

fechamento desta edição). “Não é só a Reitoria que está ameaçada de desmonte, é a Universidade como um todo. Rodas está desarticulando a nossa categoria e essa mudança tem o objetivo de calar o movimento sindical”, explica Magno Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp).

Terceirizados

Em 7/4 os trabalhadores terceirizados entraram em greve, como noticiado no *Informativo Adusp* 323. Contratados pela USP para cuidar da limpeza no campus, não receberam ainda o último salário e isso os levou a realizar um piquete na Reitoria (13/4) e

bloquear a entrada do local desde 15/4.

No dia 11/4 as aulas foram suspensas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) por absoluta falta de condições sanitárias, pois o lixo estava se acumulando na unidade. A Coordenadoria de Administração Geral (Codage) efetuou nesse mesmo dia o depósito com o valor da prestação de serviço da União, mas como essa empresa está inscrita no Cadastro de Inadimplência do Estado (Cadin), o repasse feito pela USP não pôde ser concretizado e os trabalhadores terceirizados continuam sem receber os salários a que fazem jus.

Um dos trabalhadores, Mauro Gomes, diz que eles continuam cumprindo o horário de trabalho, que vai das 8 horas às 15 horas, porém, protestando em frente à Reitoria: “É uma canseira. Pode perceber que aqui tem muito mais mulher do que homem, a maioria mãe de família. Muitas moram longe e tem dias que acabamos ficando até as 22 horas para ver se alguma coisa muda”.

O Sintusp é contra a separação de categorias de trabalho na USP. “Nossa luta de verdade é para acabar com a terceirização. O que ocorre nessa Universidade é uma semi-escravidão”, conclui Magno de Carvalho.

Adusp impetrou a ação em 1990 e venceu em 1ª instância em 2001

continuação da capa

esse tema, e vejo que conseguimos”, concluiu o professor Nogueira. “Testemunhei um trabalho extraordinário por parte das equipes da USP e da Adusp. Houve erros das duas partes, mas havia a disposição de acertar, então o diálogo fluía”.

“Maioridade”

Gatilho – próximas etapas

- A petição conjunta assinada em 26/4 será submetida ao juiz para homologação.

- O pagamento será efetuado pela USP, em juízo, em até 15 dias úteis contados a partir de 26/4, já descontadas as contribuições ao Ipesp e Iamspe.

- Em seguida, nossos advogados deverão reque-

Depois de assinalar que a ação do Gatilho obteve “maioridade” (1990-2011), e lembrar que a mera elaboração de uma lista incontroversa de beneficiários exigiu muito tempo de discussão, o professor João Zanetic reiterou a disposição da Adusp de dialogar com a Reitoria a respeito de uma série de matérias importantes.

rer a liberação, para a Adusp, do montante depositado pela Reitoria.

- A Adusp dará início aos pagamentos, fazendo os descontos de honorários advocatícios e de Imposto de Renda.

- Será realizada, em maio, uma Assembleia Geral da Adusp para tratarmos dos descontos e da forma de pagamento.

“Quero sinalizar que nos temas controversos a gente dialogue também. Vamos ter a campanha salarial; a questão da carreira [docente]; a questão da democratização da USP, pois a universidade sequer segue a Lei de Diretrizes e Bases da Educação”.

O presidente da Adusp reconheceu e elogiou o trabalho do GT Gatilho, formado por “quatro pessoas que contribuíram de forma decisiva para esse acordo: os professores Américo Kerr, Marco Brinati, Marcos Magalhães e Suzana Salem”. Também agradeceu aos funcionários da entidade, em especial a Luis Ricardo Câmara (Peri) por sua intensa dedicação aos cálculos referentes à ação.

“Boa fé de todos”

“Essa mesa tem um significado muito especial, é a primeira nos tempos atuais a chegar a um acordo entre a universidade e a Adusp”, afirmou o reitor Grandino



Daniel Garcia

Após assinatura da petição, foi servido um lanche

Rodas. Para ele, ocasiões desse tipo podem se tornar mais frequentes: “Ninguém precisa estar 100% de acordo para chegar a consensos parciais. Esta ocasião é seminal no sentido de que é possível ter diálogo”.

Rodas destacou que a disposição de encontrar um acordo levou à superação das dificuldades: “Ressalto o empenho de todos, a boa fé de todos”. Para que o entendimento seja “mais usual”, pensa o reitor, deve-se, “tan-

to no que tange à Adusp quanto ao Sintusp, conversar antes do confronto”.

Encerradas as manifestações, a petição conjunta recebeu as assinaturas necessárias. Pela USP, assinaram o reitor Grandino Rodas, o procurador-geral Gustavo Mônaco e a procuradora Ana Maria da Cruz. Pela Adusp, o professor João Zanetic e os advogados Eduardo de Oliveira Ramires e Fernando de Almeida Barros.